



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



**Órgão Oficial do Município**  
**Lei nº 661, de 09 abril de 2007**

**Dia 12 de setembro de 2023**

**Ano XVII**

**nº 2658**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



### **LEI Nº 1981, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

*“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com a Assupero Ensino Superior Ltda./Universidade Paulista - UNIP, para a concessão de estágio obrigatório”.*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio para a concessão de estágio supervisionado obrigatório aos alunos regularmente matriculados nos cursos de ensino superior da Assupero Ensino Superior Ltda./Universidade Paulista – UNIP, pessoa jurídica de direito privado, instituição de ensino, inscrita no CNPJ sob o nº 06.099.229/0001-01, situada na Av. Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-100.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei, considera-se estágio obrigatório aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**Art. 2º** O estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I** - matrícula e frequência regular do educando em curso de ensino superior, devidamente atestadas pela instituição de ensino;
- II** - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III** - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

**Art. 3º** A jornada de atividade em estágio deverá ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

**§ 1º** O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

**§ 2º** A duração do estágio não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando o estagiário for pessoa com deficiência.

**§ 3º** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

**Art. 4º** O pagamento do seguro contra acidentes pessoais e de trabalho em favor do aluno-estagiário é de exclusiva responsabilidade da instituição de ensino conveniada.

**Parágrafo único.** A apólice do seguro deverá ser compatível com os valores de mercado conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

**Art. 5º** A celebração do convênio de que trata esta Lei ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- I** - comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II** - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- III** - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- IV** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- V** - Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- VI** - Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Estaduais;
- VII** - cópia do contrato social contendo eventuais alterações;
- VIII** - documento comprobatório de que se trata de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação ou Secretaria de Educação, conforme o caso;
- IX** - comprovação de funcionamento no endereço declarado mediante a apresentação de alvará;
- X** - plano de atividades.

**Parágrafo único.** O plano de atividades será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

**Art. 6º** São obrigações da instituição de ensino em relação aos estágios de seus educandos:

- I** - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente

- incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II** - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III** - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV** - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V** - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI** - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII** - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

**Art. 7º** Constituem obrigações do Município:

- I** - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II** - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III** - observar o disposto na legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho;
- IV** - indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, mediante autorização do supervisor de estágio;
- V** - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI** - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII** - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

**Art. 8º** Revoga-se a Lei Municipal nº 1649, de 17 de novembro de 2020.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



### **LEI Nº 1982, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

*“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a disponibilização de estagiários mediante a concessão de bolsas de estágio aos estudantes matriculados em cursos regulares em Direito, na forma que especifica.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a disponibilização de estagiários mediante a concessão de bolsas aos estudantes residentes no Município, matriculados em cursos regulares em Direito, de graduação e pós-graduação, com a finalidade de contribuir para o eficiente funcionamento das atividades inerentes à instituição na Comarca de Monte Carmelo/MG.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I** - estágio: o ato educativo supervisionado, em caráter não obrigatório, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando cursos de graduação e pós-graduação em Direito.
- II** - estágio não obrigatório: aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



**Órgão Oficial do Município**  
**Lei nº 661, de 09 abril de 2007**

**Dia 12 de setembro de 2023**

**Ano XVII**

**nº 2658**

**Art. 2º** Serão disponibilizadas até 02 (duas) vagas para os interessados, sendo 01 (uma) vaga para estudante de curso de graduação e 01 (uma) vaga para estudante de pós-graduação, os quais deverão comprovar frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) e aproveitamento médio de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento).

**Art. 3º** Compete ao Ministério Público realizar o processo seletivo dos candidatos ao estágio, respeitadas as disposições legais e regulamentares vigentes, e informar ao Município os candidatos selecionados para as vagas de estágio a que se refere o art. 2º desta Lei.

**Art. 4º** Para a celebração do convênio com o Ministério Público, o Município formalizará convênio de estágio com instituição de ensino superior, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - comprovante atualizado de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas – CNPJ;
- II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União;
- III - certificado de regularidade do fundo de garantia do tempo de serviço – CRF/FGTS;
- IV - certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- V - certidão negativa de débitos municipais;
- VI - certidão negativa de débitos dos tributos estaduais;
- VII - cópia do contrato social ou estatuto contendo eventuais alterações;
- VIII - documento comprobatório de que se trata de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- IX - comprovação de funcionamento no endereço declarado mediante a apresentação de alvará.
- X - documento hábil à comprovação da competência do representante da instituição de ensino para formalização do termo de convênio;
- XI - plano de atividades.

**Art. 5º** O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior de graduação ou pós-graduação em Direito devidamente atestadas pela instituição de ensino;
- II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

**Art. 6º** A jornada de atividade será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais e deverá constar no termo de compromisso, observada a compatibilidade com as atividades dos cursos de graduação e pós-graduação.

**§ 1º** A duração do estágio, na mesma parte concedente, não excederá 02 (dois) anos, exceto quando o estagiário for pessoa com deficiência, estendendo-se até a data da colação de grau.

**§ 2º** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

**Art. 7º** Por se tratar de estágio não obrigatório, a concessão de bolsa observará os valores de:

- I - R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) para o estudante de graduação;
- II - R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais) para o estudante de pós-graduação.

**Art. 8º** O pagamento das despesas com a bolsa de estágio, auxílio transporte e seguro de vida do estagiário são de exclusiva responsabilidade do Município, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único. O auxílio transporte será concedido pelo Município em quantia equivalente a R\$ 12,00 (doze reais) por dia de atividade presencialmente exercida.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.02.25.03.12.364.4014.00.2.256.3.3.90.18.00.00.1500.000.0000.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1983, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

*"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo	
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde	
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde	
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade	
Função	10 - Saúde	
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos	
Projeto/Atividades	2.324 - Manter Centro de Especialidades Médicas	
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Fonte de Recursos: 2601 - Transferências Fundo a Fundo de Equipamentos e Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	Valor: R\$ 92.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I – Fonte de Recursos: 2601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde;

II – Total Geral: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1984, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

*"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



**Órgão Oficial do Município**  
**Lei nº 661, de 09 abril de 2007**

**Dia 12 de setembro de 2023**

**Ano XVII**

**nº 2658**

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade	03 - Departamento Educação
Função	12 - Educação
Subfunção	306 - Alimentação e Nutrição
Programa	4010 - Educação Básica com qualidade para todos
Projeto/Atividades	2.251 - Disponibilizar Alimentação aos Alunos
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos:	2550 - Transferência do Salário-Educação
Valor:	R\$ 300.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2550 - Transferência do Salário-Educação;

II - Total Geral: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1985, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

*“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando à criação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade	03 - Departamento Educação
Função	12 - Educação
Subfunção	365 - Ensino Infantil
Programa	4010 - Educação Básica com qualidade para todos
Projeto/Atividades	1.150 - Aquisição de Móveis e Equipamentos para Educação Básica
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recursos:	2571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Valor:	R\$ 100.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação;

II - Total Geral: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1986, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

*“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 3.803.100,00 (três milhões e oitocentos e três mil e cem reais), visando à criação de dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	05 - Bloco de Vigilância
Função	10 - Saúde
Subfunção	305 - Vigilância Epidemiológica
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividades	2.327 - Promover a Vigilância Epidemiológica
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recursos:	2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	R\$ 365.400,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	05 - Bloco de Vigilância
Função	10 - Saúde
Subfunção	305 - Vigilância Epidemiológica
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividades	2.327 - Promover a Vigilância Epidemiológica
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de Recursos:	2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	R\$ 522.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	04 - Bloco da Assistência Farmacêutica
Função	10 - Saúde
Subfunção	303 - Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividades	2.313 - Promoção à Assistência Farmacêutica
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos:	2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	R\$ 289.300,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade
Função	10 - Saúde
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividades	2.319 - Promoção à Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Especial
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	R\$ 1.200.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade
Função	10 - Saúde
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município  
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 12 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2658



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



Projeto/Atividades	2.319 - Promoção a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Especial		
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 47.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub Unidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.319 - Promoção a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Especial		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 166.200,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub Unidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.319 - Promoção a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Especial		

Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 61.200,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	02 - Atenção Básica		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	301 - Atenção Básica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.305 - Promoção a Atenção Básica		
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 482.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	02 - Atenção Básica		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	301 - Atenção Básica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.305 - Promoção a Atenção Básica		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal civil	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 476.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	02 - Atenção Básica		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	301 - Atenção Básica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.305 - Promoção a Atenção Básica		
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 194.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

II - Total Geral: R\$ 3.803.100,00 (três milhões e oitocentos e três mil e cem reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



### LEI Nº 1987, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

*"Autoriza a abertura de crédito suplementar por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), visando à suplementação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	06 - Bloco de Investimentos		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	301 - Atenção Básica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	3.006 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidades Básicas de Saúde		
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recursos: 2601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	Valor: R\$ 300.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde;

II - Total Geral: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



### DECRETO Nº 2665, DE 09 DE SETEMBRO DE 2023.

*"Decreta luto oficial pelo falecimento do Sra. Maria Aparecida Mundim Côrtes."*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o falecimento da mãe do atual Vice-Prefeito, Sra. Maria Aparecida Mundim Côrtes, ocorrido em 09/09/2023;

**CONSIDERANDO** o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã honrada e respeitável, de conduta íntegra;

**CONSIDERANDO** o consternamento geral da comunidade, neste momento de profunda tristeza;



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



**Órgão Oficial do Município**  
**Lei nº 661, de 09 abril de 2007**

**Dia 12 de setembro de 2023**

**Ano XVII**

**nº 2658**

**CONSIDERANDO** o interesse público municipal em render-lhe justas homenagens;

**CONSIDERANDO** o imenso pesar decorrente de sua perda;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica decretado luto oficial nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2023, no Município de Monte Carmelo, em razão do falecimento da Sra. Maria Aparecida Mundim Côrtes.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 09/09/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de setembro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 73/2023 NA FORMA: PRESENCIAL.** A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 22 de setembro de 2023, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial nº 73/2023 para registro de preços, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Transporte de Passageiros para a Locação de Ônibus e Van, em viagens intermunicipais e interestaduais, para atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo – MG. Com Cota de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail [licitacao@montecarmelo.mg.gov.br](mailto:licitacao@montecarmelo.mg.gov.br). O edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br), ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 11/09/2023. Monte Carmelo, 11 de setembro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO –MG. AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS - Nº 10/2023.** A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 28 de setembro de 2023, às 14:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129 – 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, a Tomada de Preços nº 10/2023, Tipo: Menor Preço. Critério de Julgamento: Valor Global. Cujo Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia, para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em CBUQ, no Distrito de Celso Bueno, na Rua Paralela à BR365, com início na MG232, conforme projeto. A serem pagos com recursos da Resolução SEGOV nº 21 de 1º de abril de 2022. Solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail [licitacao@montecarmelo.mg.gov.br](mailto:licitacao@montecarmelo.mg.gov.br). O edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br), ou na sede da Prefeitura. Data do edital: 05/09/2023. Monte Carmelo, 11 de setembro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 13/2023, Pregão SRP Nº 05/2023, Processo nº 08/2023.** Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: Concreto Carmelitano Ltda – ME, CNPJ: 35.193.824/0001-00. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Fornecimento de Concreto Usinado, Resistência FCK 20 MPA com e sem bomba, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. Com cota de itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 13/2023, concedendo o reequilíbrio na Ata de Registro de Preços: Item 01: (3,36%) Valor com reajuste: R\$ 722,00. Item 02: (3,36%). Valor com reajuste: R\$ 722,00. Item 03 (3,59%): Valor com reajuste: R\$ 670,00. Item 04 (3,59%): Valor com reajuste: R\$ 670,00. 28/08/2023. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. DISPENSA Nº 02/2022. 3º T.A ao Contrato: 21/2022. Contratada:** Ana Maria Rodrigues de Melo. **Objeto:** Refere-se à Dispensa para a Locação de Imóveis Destinados ao Atendimento de Diversos Setores do Município de Monte Carmelo, conforme artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração do preâmbulo do Contrato Administrativo nº 21/2022, que passa o LOCADOR(A) para o "Espólio de Ana Maria Rodrigues de Melo", neste ato representada pelo inventariante Ideraldo de Aguiar Melo. **Cláusula 2ª:** DA JUSTIFICATIVA - A alteração se justifica em decorrência do falecimento da LOCADORA, Ana Maria Rodrigues de Melo ocorrido em 06/06/2023. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Monte Carmelo, 30 de agosto de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.

## EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**RESPONSÁVEL: ROSILEIA APARECIDA  
SILVA BONIFÁCIO**

**TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350**

**ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)**